



Comunicado de Imprensa n.º 16/416
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
22 de setembro de 2016

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Diretoria Executiva do FMI conclui consulta a Portugal ao abrigo do Artigo IV referente a 2016

Em 16 de setembro de 2016, a Diretoria Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a consulta ao abrigo do Artigo IV¹ e o quarto processo de monitorização pós-programa² com Portugal.

A recuperação económica de Portugal está a perder impulso. O abrandamento da atividade económica iniciado no segundo semestre de 2015 perdura, a despeito das condições cíclicas ainda favoráveis e do quadro de políticas macroeconómicas de apoio. O relaxamento orçamental verificado desde o ano passado e a orientação acomodatícia de política monetária do BCE (Banco Central Europeu) traduziram-se no crescimento vigoroso do consumo. Contudo, o crescimento global do PIB está a ser inibido pelo fraco crescimento das exportações e o investimento anémico, este último prejudicado pelas incertezas, o forte endividamento do setor empresarial e os estrangulamentos estruturais ainda significativos. Por conseguinte, espera-se que o produto cresça apenas 1,0% em 2016.

Avaliação da Diretoria Executiva³

Os Diretores reconheceram a notável viragem económica de Portugal desde o início da crise da dívida soberana, com a restauração do acesso aos mercados, a melhoria dos saldos orçamental e da balança corrente e níveis de desemprego que, embora ainda elevados, registaram uma queda acentuada. Não obstante estes progressos, a recuperação está a abrandar e os riscos apontam no sentido descendente. A desaceleração da atividade económica, aliada às vulnerabilidades do setor bancário e à dívida pública elevada, cria desafios. Os Diretores consideraram positivo o

¹ Ao abrigo do Artigo IV do seu Convénio Constitutivo, o FMI mantém discussões bilaterais com seus países membros, normalmente uma vez por ano. Uma equipa de especialistas visita o país, recolhe informações de natureza económica e financeira e discute com as autoridades a evolução da economia e as políticas económicas do país. De regresso à sede do FMI, os especialistas elaboram um relatório que constitui a base para as discussões da Diretoria Executiva.

² O objetivo central da monitorização pós-programa é proporcionar a monitorização mais estreita das políticas de países membros que tenham montantes substanciais em dívida com o FMI após a expiração de seus acordos. No âmbito deste processo, os países membros mantêm consultas formais com o FMI com mais frequência do que no caso da supervisão, com atenção especial para as políticas de natureza macroeconómica e estrutural que tenham influência sobre a viabilidade externa.

³ Concluídas as discussões, a Diretora-Geral, na qualidade de Presidente da Diretoria, resume os pontos de vista dos Diretores Executivos, e este resumo é transmitido às autoridades do país. A ligação a seguir contém uma explicação dos principais qualificadores empregados nos resumos: <http://www.imf.org/external/np/sec/misctools/qualifiers.htm>.

compromisso das autoridades em corrigir essas deficiências e vincaram a importância crítica de um esforço concertado de políticas para fortalecer a posição macroeconómica de Portugal, o que requer um ajustamento orçamental firme, melhorias na governação dos bancos e a implementação de reformas estruturais chaves.

Mesmo considerando que as condições de financiamento soberano estão sujeitas aos desenvolvimentos no plano internacional, os Diretores concordaram com a avaliação do corpo técnico de que os riscos para a capacidade de Portugal reembolsar o FMI ainda são aceitáveis. Dada a intenção das autoridades de antecipar o pagamento ao FMI, realçaram a importância de manter níveis suficientes de reservas de caixa.

Os Diretores consideraram que a meta de défice primário para 2016, de 2,2% do PIB, é ambiciosa na medida certa, mas alertaram para as dificuldades em cumpri-la face ao abrandamento do crescimento do PIB e a pressões emergentes sobre as despesas. Incentivaram as autoridades a perseguir uma trajetória de ajustamento bem especificada, centrada basicamente nas despesas, e que equilibre a necessidade de colocar a dívida numa firme trajetória descendente e, em simultâneo, apoiar o crescimento. Os Diretores recomendaram um exame minucioso dos gastos, com especial ênfase em melhorias na exigência de prova de recursos dos beneficiários de prestações sociais e no controlo das pensões e dos salários do setor público. Salientaram também que a política fiscal deve ser mais estável e previsível, e concebida de modo a estimular a competitividade e o crescimento.

A solução das vulnerabilidades do setor bancário será uma das prioridades básicas. Os Diretores concordaram que o saneamento dos balanços dos bancos, nomeadamente ao abordar os empréstimos improdutivos e elevar os fundos próprios e as provisões, é fundamental para recuperar a rentabilidade e financiar o crescimento económico. Destacaram que os bancos devem também reduzir os custos operacionais e aperfeiçoar seus mecanismos internos de governação, para que as decisões sobre empréstimos sejam guiadas unicamente por critérios comerciais. Consideraram igualmente meritória a busca de soluções internas para os desafios que os bancos portugueses enfrentam, com base nos instrumentos regulamentares existentes.

Os Diretores enfatizaram a importância crítica de prosseguir nas reformas estruturais para aumentar a competitividade e fomentar o crescimento. Incentivaram as autoridades a implementar de forma cabal as reformas já aprovadas nos mercados de trabalho e do produto, com especial ênfase na racionalização do funcionamento do setor público e na limitação dos custos energéticos. O envolvimento de todas as partes interessadas através de um diálogo social inclusivo contribuiria para apoiar a execução dessas reformas.

Os Diretores acolheram favoravelmente os resultados da avaliação *ex post* do acesso excepcional no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado de 2011–14. O programa foi relativamente bem sucedido, tendo contribuído para a estabilização da economia portuguesa, mas subsistem algumas preocupações quanto aos níveis de endividamento. Os Diretores concordaram, na

generalidade, que o ritmo de ajustamento orçamental foi apropriado; que tratar os bancos como empreendimentos viáveis foi uma escolha justificável na ausência de uma crise bancária; e que a restruturação da dívida soberana não teria sido uma opção realista durante a vigência do programa. Sublinharam a necessidade de projeções e metas realistas para proteger o crescimento face ao ajustamento necessário. Para o futuro, há que destacar, em especial: a necessidade de desenvolver modalidades de programas e um conjunto de instrumentos para o ajustamento eficaz através da desvalorização interna; a importância de uma supervisão bancária vigorosa e voltada para o futuro e de uma abordagem pró-ativa à desalavancagem do setor privado; a necessidade de lidar com os condicionalismos legais ao desenho dos programas; e o papel chave da adesão nacional em todas as esferas da administração pública para possibilitar e sustentar as reformas.

Os Diretores reconheceram o papel determinante do apoio da União Europeia para a recuperação e a atual estabilidade de Portugal. Para a maioria dos Diretores, a eficácia na formulação de programas futuros do FMI com membros de uniões monetárias requer a atribuição de grande prioridade à clarificação das opções para a condicionalidade ao nível da união, e dos instrumentos para garantir que os objetivos do programa dos países membros possam ser cumpridos na presença de choques assimétricos que não sejam facilmente solucionáveis através da política monetária aplicada a todos os membros da união.

Portugal: Principais Indicadores Económicos
 (Taxa de variação homóloga, salvo indicação em contrário)

	Projeções			
	2014	2015	2016	2017
PIB real				
Consumo privado	0,9	1,5	1,0	1,1
Consumo público	2,2	2,6	2,2	1,4
Formação bruta de capital fixo	-0,5	0,6	0,3	0,6
Exportações	2,8	4,1	-1,2	2,0
Importações	3,9	5,2	2,9	3,4
Contributos para o crescimento (pontos percentuais)				
Procura interna total	7,2	7,6	3,2	3,8
Saldo externo	2,2	2,5	1,3	1,4
Uso dos recursos				
Emprego	-1,3	-1,1	-0,2	-0,3
Taxa de desemprego (percentagem)	13,9	12,4	11,8	11,3
Preços				
Deflator do PIB	1,6	1,1	0,8	0,5
Preços no consumidor (índice harmonizado)	-0,2	0,5	0,7	1,1
Moeda e crédito (fim de período, variação percentual)				
Crédito ao setor privado	-8,0	-4,1	-2,2	-0,5
Moeda em sentido lato	-0,9	4,1	2,3	2,0
Indicadores orçamentais (percentagem do PIB)				
Saldo das administrações públicas	3,7	-4,4	-3,0	-3,0
Saldo primário da administração central	130,2	0,2	1,6	1,5
Saldo primário estrutural (percentagem do PIB potencial)	129,0	3,3	2,8	2,4
Dívida pública	128,5	128,2		
Balança corrente (percentagem do PIB)	0,1	0,5	0,0	-0,6
PIB nominal (mil milhões de euros)	173,4	179,4	184,4	188,9

Fontes: Banco de Portugal, Ministério das Finanças, INE, Eurostat e projeções do corpo técnico do FMI.